



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 636582 - PB (2020/0347405-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RINALDO CIRILO COSTA
ADVOGADO : RINALDO CIRILO COSTA - PB018349
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : RONALD PEREIRA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALD PEREIRA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0816094-98.2020.8.15.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 18/12/2020, em razão da suposta prática do crime de roubo majorado, não tendo, contudo, o juízo plantonista analisado a regularidade da prisão.

Impetrado *habeas corpus* na Corte de origem, em 20/12/2020, deferiu-se a liminar para determinar que o juízo competente examine a prisão do paciente.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão em virtude do excesso de prazo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Conforme se depreende das informações solicitadas (fls. 74-76), constata-se que "na data de 22/12/2020, pelo MM Juiz Plantonista a prisão em flagrante foi convertida em preventiva para garantia da ordem pública diante da gravidade dos fatos, tendo o réu tomado ciência imediata".

Evidencia-se, portanto, a prejudicialidade do pedido ora formulado.

Considerando a nova realidade fático-processual, o objeto da presente impetração esgotou-se, de modo que não há mais o que decidir nestes autos.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente